

Cuidado com as falsas demandas sociais

O reitor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Antonio Manoel dos Santos Silva, é um veterano da instituição, na qual leciona há 33 anos. Com dez livros e mais de 100 artigos publicados, é professor de Literatura Brasileira no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas do câmpus da Unesp em São José do Rio Preto. Antes de ser escolhido para a reitoria, ocupou os cargos de pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa e de vice-reitor. Entre seus trabalhos, está a consolidação do sistema de pós-graduação da universidade. Entre 1989 e 1993, o professor Silva foi vice-reitor da Universidade Ibero-Americana de Pós-Graduação, com sede em Salamanca, na Espanha. Desde então, é diretor regional da Associação Universitária Ibero-Americana para o Brasil, Portugal e Cone Sul. Foi até o início deste ano membro do Conselho Superior da FAPESP. A Unesp está presente na maioria das regiões do Estado, com 15 campi universitários, três campi avançados, 24 unidades universitárias e dez unidades complementares em 15 cidades. Com cerca de 3.500 professores, atende cerca de 23.260 alunos. Mantém 80 cursos de graduação e 46 de pós-graduação, com 92 programas de mestrado e 67 de doutorado.



Antonio Manoel dos Santos Silva

A Unesp é uma universidade nova. Foi criada em 1976. Mas também é uma universidade com origens que remontam ao início do século. Muitas das unidades que formaram o conglomerado para sua constituição são antigas. Suas faculdades mais antigas são as de Odontologia e Farmácia em Araraquara; começaram a funcionar em 1923. A Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal tem origem numa escola agrícola fundada em 1921. A Unesp tem esta particularidade: é a mais nova das universidades públicas, mas, em alguns pontos, também é antiga. Sua estrutura foi muito violentada quando de sua criação: foram extintos cursos de graduação, outros foram deslocados, alguns foram criados. Sua reitoria estava oficialmente

em Ilha Solteira, a 666 km de São Paulo.

Em 1984, a Unesp passou por uma reestruturação. De certa maneira, foi democratizada, uma vez que muito mais pessoas passaram a participar dos órgãos colegiados que definem seus destinos. Importantíssimo foi o ano de 1989, quando se estabeleceu a autonomia das três universidades públicas do Estado, entre elas a Unesp, que passaram a ter aplicado nelas um índice do orçamento do Estado. A partir desse ano, a Unesp teve um crescimento relativamente muito forte. Isso influenciou seu papel de preparar cientistas e diferentes tipos de profissionais e situar-se na fronteira do conhecimento dentro do Estado de São Paulo, em pesquisas e desenvolvimento.

No início da autonomia, em 1989, a Unesp tinha 12 mil alunos de graduação. Hoje, tem 21 mil. Tinha 900 alunos regulares na pós-graduação. Hoje, tem 7 mil. Os números relativos ao crescimento do número de alunos das outras duas universidades estaduais não devem ser muito diferentes. Esse crescimento em dez anos mostra como foi importante para a universidade ter autonomia na gestão dos recursos que, aprovados pela Assembléia Legislativa, o Estado é obrigado mensalmente a repassar para a universidade pública.

Mas a Unesp está, de certa maneira, estrangulada. Não porque não esteja desenvolvendo bem o que desenvolve hoje. Mas porque não pode usar seu potencial para se desenvolver mais. A Unesp tem uma potencialidade altíssima para desenvolver o ensino e pesquisa.

Mas não pode fazer mais do que faz. Os cordões que fazem este estrangulamento são vários. Vou citar um exemplo. Em 1989, no começo da autonomia, o pagamento de inativos consumia 7% dos recursos da Unesp. Hoje, consome 26%.

Mesmo assim, a Unesp continua a crescer. Em 1989, a proporção do corpo docente com titulação mínima de doutor era de 38%. Hoje, subiu para 72%. Há a previsão de chegar ao fim do ano 2000 com uma proporção próxima às da USP e da Unicamp, de 85%. Daqui a seis anos, a Unesp terá condições de abrigar 30 mil alunos na graduação e 12 mil na pós-graduação. O papel da universidade na preparação de cientistas e profissionais qualificados é justamente este: o de formar seres humanos, na graduação e na pós-graduação. As universidades fizeram muito, de acordo com os objetivos ou metas estabelecidos por diversas instâncias, quando foram criadas. Mas não fizeram o suficiente.

Um dos problemas diz respeito às relações da universidade com as empresas inovadoras.

Falta algo para que elas possam absorver e desenvolver a pesquisa nacional. Outro é sua situação no que diz respeito às demandas sociais. Quem lidera essas demandas e quais são elas? Hoje, as universidades públicas recebem demandas de diversas instâncias. Uma das mais agressivas é a mídia. Ela pensa a curto prazo, enquanto o prazo na universidade é no mínimo médio e longo. Não se faz melhoramento genético em menos de dez anos. Pode ser que com as novas tecnologias esse prazo diminua. Mas não se fazem coisas assim em prazo curto.

Um dos elementos a serem considerados é o tempo do próprio pesquisador. Ele tem de dividir a tarefa de pesquisar com a docência, o tempo dedicado a formar aqueles que vão dar continuidade às linhas de pesquisa. Isso é demoradíssimo. É necessário levar em conta, também, o tempo dedicado à própria constituição da universidade. Ela precisa ser dinâmica e perceber as mudanças que ocorrem em sua volta.

As demandas sociais feitas às universidades são de dois tipos. Algumas são ditadas pelo mercado e podem ser extremamente perigosas. Outras são demandas sociais realmente humanas. Sua identificação é um dos maiores problemas das universidades, não só para o desenvolvimento da pesquisa e da tecnologia como para a formação dos recursos humanos. Para matar a universidade pública, basta exigir que elas atendam ao imediato do mercado.

“Para matar a universidade pública, basta exigir que atenda ao imediato do mercado”

As universidades têm de expor isso às instâncias que tomam as decisões, o Executivo e o Legislativo. Esses problemas não são só das universidades, são também da sociedade que as sustenta. As universidades públicas e os institutos de pesquisa do Estado de São Paulo formam a estrutura e a base para o desenvolvimento científico e tecnológico fundamental para o desenvolvimento do País.

Assim, um dos problemas das universidades é como trabalhar as demandas sociais de maneira a distinguir as realmente humanas das ditadas pelo eixo exclusivo do mercado. Elas têm de trabalhar isso muito bem, até

mesmo para atender às próprias exigências do mercado. Têm de pensar muito nisso. Essa é uma questão que vem sendo discutida de maneira candente dentro das próprias universidades.

Outra insuficiência da universidade pública é sua territorialidade. As universidades públicas ocupam quase todo o Estado de São Paulo, mas não todo o estado. Há vazios. Pode-se citar dois lugares, o Vale do Ribeira e o litoral. Eles não têm universidades públicas e lá o desenvolvimento

científico e tecnológico é precário.

As três universidades estaduais não podem resolver os problemas que estrangulam o sistema público do ensino superior de São Paulo. Mas podem contribuir com as instâncias que decidem, deliberando ou executando. Isso não está fora do tema central deste encontro, o desenvolvimento científico e tecnológico, pois isso nos conduz para o eixo central, a sociedade do conhecimento. Se, de fato, a sociedade do século 21 for a sociedade do conhecimento, quem não tiver acesso direto ou indireto aos atores do conhecimento, que são as universidades, estará excluído dessa sociedade.

Se me perguntassem como resolver esses problemas, responderia “não sei”. Mas sou professor há 37 anos e creio que as universidades, com seu grande corpo de especialistas, doutores, cientistas, pesquisadores de ponta, podem juntar-se aos que devem pensar o futuro do estado. Assim, será possível chegar a algumas soluções, inclusive a de dobrar o número de alunos nas escolas públicas superiores de São Paulo.

Isso não é tão difícil. Lugares mais pobres do que São Paulo já o conseguiram. São Paulo é privilegiado com relação à infra-estrutura física, comercial, industrial. A infra-estrutura oferecida pelas suas universidades públicas e por algumas universidades privadas pode fazer com que, além de não ter excluídos pela miséria da fome e da falta de moradia, São Paulo não tenha também os excluídos do conhecimento.